



ALVES, Luís Alberto, Rui GUIMARÃES LIMA e Francisco PEREIRA. *Telescola: um espaço de referência educativa*. Porto: CITCEM, 2019. 153 pp. ISBN: 978-989-8969-27-9

Telescola: um espaço de referência educativa é um e-book da responsabilidade autoral de Luís Alberto Alves, Rui Guimarães Lima e Francisco Pereira. A obra, cuja Introdução é assinada pelo primeiro autor referido, é composta por três capítulos, aos quais acresce um vasto e importante conjunto de anexos. Nas páginas iniciais, Luís Alberto Alves desenvolve uma linha argumentativa que procura ver o aparecimento da Telescola à luz de uma longa conjuntura político-educativa, recuando, para o efeito, aos primeiros anos de vigência do Estado Novo. O argumento, no fundo, é o do atraso educacional português. Ou seja, a série de medidas de política educativa que vão sendo tomadas entre a segunda metade

da década de 1920 e a década de 1960 – fundadas, sobretudo, na ideia de instrução mínima e de formação do caráter (não alimentando expectativas de mobilidade social) – não capacita o país (os seus recursos humanos) para o necessário desenvolvimento económico, social e cultural. Os casos que apresenta são bem elucidativos. Menciona, por exemplo, a dificuldade de extensão do ensino primário (princípio da escolaridade obrigatória). A este respeito, considera, designadamente, que: i) em 1926 são extintos o ensino complementar e as escolas normais superiores (também, acresce dizer, as escolas primárias superiores); ii) em 1938 se dá a reestruturação do ensino primário em elementar (três anos obrigatórios) e complementar (duração de dois anos para prossecução de estudos); iii) em 1956, a escolaridade obrigatória passa a ser de quatro anos para crianças do sexo masculino (alargada às crianças do sexo feminino em 1960); iv) em 1964, se observa o prolongamento da escolaridade obrigatória para seis anos. Por outro lado, para os anos de 1950, assinala dois factos importantes: o Plano de Educação Popular (1952) – centrado no combate ao analfabetismo – e o I Plano de Fomento (1953 a 1958). Os anos de 1960, segundo Luís Alberto Alves, denunciam os limites das referidas políticas educativas; nas suas próprias palavras, “apesar de todos os esforços, o atraso português na educação continuava muito grande em relação aos países europeus” (p. 9); algo que, na referida década, o “Projeto Regional do Mediterrâneo”, tutelado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), vem mostrar de forma impressionante; evidencia-se, então, em sede de dois relatórios que são produzidos, “o lugar da educação portuguesa nos rankings internacionais” (p. 9). É nesse contexto, aliás, que o planeamen-

to educativo e o investimento em recursos humanos passam a integrar, doravante e de forma estruturante, as políticas educativas. Ora, conforme enfatiza Luís Alberto Alves, o alargamento da escolaridade obrigatória a seis anos, em 1964, com a criação do Ciclo Complementar do Ensino Primário (mais por pressão internacional do que por vontade política do governo de então), vem pôr a descoberto algumas fragilidades do sistema. O autor fala, designadamente, na carência de docentes credenciados para lecionarem o 1.º e o 2.º anos do Ciclo Complementar do Ensino Primário e, mesmo, na inexistência de edifícios escolares capazes de albergarem o novo contingente de alunos. Ainda em 1964, em resposta às dificuldades específicas enunciadas e por intervenção do ministro Inocêncio Galvão Telles, inicia-se experimentalmente em Portugal o ensino a distância – a Telescola será oficialmente criada pelo Decreto n.º 46136, publicado no último dia do referido ano. Na opinião de Luís Alberto Alves, estava assim criado um subsistema de ensino que iria não só significar mais um meio no combate ao analfabetismo como também, mediante um currículo enriquecido (similar ao do Ciclo Preparatório do Ensino Técnico, mais a disciplina de Francês), permitir que um conjunto muito alargado de alunos tivesse uma extensão da formação elementar.

No fecho da Introdução é apresentada a razão que justificou a publicação do e-book *Telescola: um espaço de referência educativa*. Tratou-se de mobilizar um conjunto de trabalhos produzidos no âmbito do *Projeto INOVAR – Roteiros da inovação pedagógica: escolas e experiências de referência em Portugal no século XX*.

Por outro lado, não deixa de ser significativo que o autor chame a atenção para a

necessidade de aprofundamento do objeto de estudo em causa (segundo indica, “muito longe de estar esgotado”) – na verdade, um tema que não tem despertado o interesse dos investigadores.

Os três artigos que integram o e-book merecem agora a nossa reflexão. O primeiro deles, da responsabilidade de Luís Alberto Alves e Rui Lima, intitula-se, sugestivamente, convocando, aliás, um discurso do ministro Inocêncio Galvão Telles: “A Telescola... é uma imensa sala de aula, do tamanho da lusitana faixa atlântica!”. Na construção da narrativa tem particular importância a exploração de um conjunto de fontes primárias: os debates na Assembleia Nacional sobre a temática da Telescola, num recorte temporal de pouco mais de uma década (de março de 1963 às vésperas do 25 de Abril de 1974). As referidas fontes são interpretadas à luz de um conceito instrumental proposto por David Easton – o de “sistema político”. Na verdade, os dois autores percorrem o debate político – nas suas palavras, a “construção do circuito da lei” –, no sentido de perceberem a ideiação que o regime fez da Telescola. Uma das ideias que transmitem, veiculada, aliás, na primeira sessão da Assembleia Nacional em que o assunto foi abordado (março de 1963), pelo deputado Martins da Cruz, é a de que não seria possível resolver o atraso educacional do país recorrendo a “meios tradicionais”. A Telescola surge, assim, como uma tecnologia educativa que iria revolucionar o sistema de ensino; e não faltam referências extrafronteiras, nomeadamente, a países que adotaram com sucesso a referida modalidade de ensino (Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, Suécia, França...), considerados parte integrante

do “mundo civilizado”. Mas, conforme fazem questão de notar Luís Alberto Alves e Rui Lima, para o debate parlamentar é também mobilizado o exemplo de países cujos sistemas educativos são internacionalmente menos “reconhecidos”, mas que apresentam realidades mais próximas à de Portugal; tais são os casos de Itália e de Espanha. Por outro lado, e ainda numa visão comparada, o tópico do atraso educacional português não deixará de estar presente em outras sessões, designadamente, na sua relação às elevadas taxas de analfabetismo e a uma escolaridade obrigatória de quatro anos – é esse, por exemplo, o sentido da intervenção do deputado Joaquim de Sousa Birne, em janeiro de 1964. Mas, a verdade é que os vários debates parlamentares que vão ter lugar até às vésperas do 25 de Abril de 1974, nos quais a Telescola é abordada, vão integrando algumas ideias “novas”, as quais são bem elucidadas pelos dois autores do capítulo. Citem-se, a título de exemplo: i) a difusão do ensino através de meios audiovisuais para um público que excede os jovens em idade escolar (pensando, pois, na extensão escolar a um público adulto); ii) a recusa, no ensino a distância, de atitudes meramente passivas da parte dos alunos; iii) no mesmo sentido, a não dispensa (total) da presença do professor; iv) a importância da Telescola na promoção da mobilidade social, particularmente nos meios rurais; v) o alerta para alguns malefícios dos meios audiovisuais (rádio e televisão); vi) o ensino a distância como forma de, no ultramar, se defender a Língua Portuguesa. No final do capítulo, e de modo útil para os leitores, Luís Alberto Alves e Rui Lima sistematizam em cinco pontos aquilo que designam por “permanências e constatações”.

Os objetivos do segundo capítulo do e-book – assinado, também, por Luís Alberto Alves e Rui Lima e intitulado “Análise documental da Telescola em Portugal: um olhar preliminar sobre os debates parlamentares do Estado Novo (1961-1974)” –, são enunciados pelos autores na definição da metodologia, a saber: i) avaliar em que medida os debates políticos que ocorrerem na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa do Estado Novo impulsionaram a criação da Telescola; ii) enfatizar o mérito pedagógico do subsistema de ensino em causa; iii) contribuir para o aprofundamento do estudo da Telescola em Portugal. O processo de seleção da amostra – sobre a qual recaiu depois a análise documental – é cuidadosamente explicitado. Em síntese, a pesquisa nos *Diários das sessões da Assembleia Nacional* e nas *Atas da Câmara Corporativa* foi realizada tomando como referência quatro palavras-chave correlatas à temática, a saber: “Telescola”, “Televisão escolar”; “Televisão educativa” e “Ciclo Preparatório TV”. A amostra, constituída por 50 documentos (45 *Diários das sessões da Assembleia Nacional* e cinco *Atas da Câmara Corporativa*), permitiu, numa análise eminentemente qualitativa, caracterizar (tomando primeiro como fonte os citados *Diários*, 1963-1974): i) o nome de todos os deputados que intervieram nas sessões selecionadas e os respetivos círculos pelos quais foram eleitos; ii) os assuntos aos quais se referiram no âmbito da temática em apreço. Por outro lado, e em segundo lugar, no caso das *Atas da Câmara Corporativa*, os autores consideram que os resultados foram desanimadores, dada a frequência reduzida de documentos onde surgem as quatro palavras-chave mencionadas, para uma janela temporal de 1964 a 1972. Como quer que seja, não deixa,

obviamente, de ser significativo algum silêncio da parte da fonte em questão. No fecho do capítulo, muito justificadamente, é sublinhado um aparente contrassenso. Entre a ideologia oficial do Estado Novo, a qual, por exemplo, valoriza e aposta numa escolarização universal, mas mínima (em causa, a limitação da mobilidade social) e a institucionalização da Telescola. É claro, como defendem os autores, que este assunto não pode ser perspetivado fora da esfera de intervenção de alguns organismos internacionais (e, conseqüentemente, das pressões a que os governos de então estiveram sujeitos).

Por fim, o terceiro capítulo do e-book, elaborado por Luís Alberto Alves e Francisco Pereira, tem por título “Telescola: um sistema de ensino com televisão”. Os autores defendem que o referido sistema foi um sucesso e que a televisão educativa, a partir dos anos de 1960, teve um papel determinante na democratização do ensino em Portugal. No seu entender, estas assunções, que passam, por exemplo, pelo reconhecimento do sucesso alcançado pelos alunos, ganham esteio à luz de alguns relatórios de avaliação (nacionais e internacionais). De resto, tendo por fonte um Relatório da OCDE (1977) – “Relatório dos consultores e do grupo de trabalho português. Programa de ação cooperante para 1977, projeto 77 (13) - Portugal: uma revisão para a avaliação da Telescola com recomendações” –, é perentoriamente dito que a Telescola “é o único exemplo de televisão educativa bem fundado a nível europeu” (p. 59). Além de serem recuperadas algumas ideias adiantadas na Introdução (designadamente, o tópico do atraso educacional), neste capítulo ganha destaque o Instituto de Tecnologia Educa-

tiva (ITE), apresentado na sua dicotomia: i) funções pedagógicas e administrativas, centralmente controladas (Lisboa); ii) um “centro operacional” sediado em Vila Nova de Gaia, propriamente, a Telescola. Baseados no citado Relatório da OCDE (1977), Luís Alberto Alves e Francisco Pereira enfatizam que o grau de autonomia que a Telescola teve nunca teria sido possível se os serviços tivessem sido transferidos para a capital e incorporados no ITE. A narrativa acompanha depois algumas questões relativas à operacionalização e orgânica da Telescola, nomeadamente: os postos de receção (aulas em direto); o papel dos monitores; a gravação de conteúdos; o sistema de avaliação das aprendizagens dos alunos; a calendarização do ano letivo; a intervenção da RTP na transmissão de conteúdos (1977 a 1988); o surgimento da videocassete (1988). O caráter inovador do subsistema é particularmente sublinhado pelos autores: “tanto sob o ponto de vista de conteúdos como de práticas educativas [...] muitas das experiências pedagógicas e didáticas ‘emitidas’ nas aulas foram posteriormente incorporadas nas práticas do ensino público” (p. 67). Por exemplo, o referido caráter inovador da Telescola é focado no texto à luz da revisão do subsistema proposto pela OCDE (1977). De facto, nesse ano, a mencionada organização internacional (no citado Relatório) emite um conjunto de “recomendações”, não deixando, simultaneamente, de considerar as fragilidades e os aspetos inovadores. Em relação a este último tópico, são indicadas: a introdução da Matemática moderna e a “abordagem mais realista da disciplina de Francês” (p. 68). Por outro lado, a OCDE (1977) destaca as elevadas taxas de aprovação dos alunos da Telescola (85% a 90%); superiores às médias obtidas pelos alunos no “ensino

direto". Mas, nos anos finais da década de 1970, o subsistema evidencia também alguns problemas logísticos, bem ilustrados pelos autores na referência ao documento da OCDE (1977). Como quer que seja, é sublinhada pela dita organização internacional a capacidade de adaptação da Telescola (modelo de ensino mais flexível) à realidade rural, algo que, para os autores, explica a longevidade do subsistema e, mesmo, a expressão que acabou por atingir. Todavia, não se afigura estranho que o Ministério da Educação, a partir de meados da década de 1970, comece a pôr em causa a necessidade da existência da Telescola. Esta ideia é explorada pelos autores. Para o efeito, descrevem a intervenção do Grupo de Avaliação da Telescola (GAT), que inicia funções em outubro de 1979. As conclusões emanadas do GAT estão em linha com as da OCDE (1977), sublinhando-se, em particular, o caráter inovador do subsistema e a possibilidade do meio audiovisual (a televisão) poder alcançar um público muito abrangente. O capítulo encerra com a análise de um conjunto de mapas, os quais retratam a evolução e distribuição dos postos oficiais da Telescola em vários momentos históricos, a saber: 1975/1976; 1981/1982; 1999/2000. Trata-se de uma análise bem estruturada pelos autores, lançando uma importante série de conclusões; dir-se-ia absolutamente indispensáveis para compreender a evolução e o epílogo da Telescola no período pós 25 de abril de 1974.

O corpo de Anexos inclui uma série de documentos. Destaque para o extenso

e detalhado Relatório produzido pelo GAT, em 1981; de difícil acesso, ficando assim ao alcance da comunidade científica. Por outro lado, é disponibilizado um "guião" de apoio aos professores-monitores do Ciclo Preparatório TV (ITE, 1981), revelando, sobretudo, preocupações com a formação dos docentes recém-chegados ao subsistema, mas sem esquecer os "muitos experientes" (formação contínua). O leitor conta, ainda, com a informação coligida pelos autores a partir da análise dos *Diários das sessões da Assembleia Nacional* e das *Atas da Câmara Corporativa*.

Em síntese, trata-se de uma obra que cumpre os pressupostos da investigação histórica, resgatando do olvido um importante subsistema educativo e lançando, ao mesmo tempo, novas pistas de trabalho (abertas, por exemplo, pelas interrogações que os materiais empíricos agora cedidos suscitam).

Finalizo com uma ideia transmitida pelos autores, quando afirmam que a Telescola se manteve como referência (e foi implementada) até ao final do século XX. É verdade que "há iniciativas que estão muito para além dos sistemas e das mudanças políticas" (p. 39).

Carlos MANIQUE DA SILVA

*Instituto de Educação
Universidade de Lisboa*

*Unidade de Investigação
& Desenvolvimento em
Educação e Formação*